

CLIPPING IMPRESSO

20/09/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2
1.3. INSTITUCIONAL.....	3 - 4
1.4. PRESIDÊNCIA.....	5
1.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
1.6. SERVIDOR PÚBLICO.....	7 - 8
1.7. SINDJUS.....	9
2. JORNAL EXTRA	
2.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 13
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 15
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	16
4.2. DESEMBARGADOR.....	17
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ESMAM.....	18
5.2. INSTITUCIONAL.....	19 - 20
5.3. JUÍZES.....	21 - 22
5.4. PRESIDÊNCIA.....	23 - 24

ESTADO MAIOR

DE OLHO

19.910

ACORDOS É O TOTAL de conciliações encontradas para conflitos de 2015 a 2019, em São Luís, feitas pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

ESTADO MAIOR

Última sessão

Após dois anos exercendo a função de membro efetivo, Itaércio Paulino, da classe juiz de direito estadual, participou, ontem, de sua última sessão na Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Quem também se despediu do plenário - por ser a última sessão do mês - foi o procurador regional eleitoral Pedro Henrique Oliveira Castelo Branco, cujo biênio encerra-se no dia 1º de outubro.

No lugar de Itaércio Paulino assumirá na Corte Eleitoral José Gonçalo Filho, escolhido pelos desembargadores do Tribunal de Justiça, na última quarta-feira, 18.

Expoema 2019

**Ascem ganha
apoios para
realizar a
Exposição
Agropecuária**

ECONOMIA 7



Divulgação

Dirigentes da entidade discutem apoios para realização da exposição

Associação ganha apoios para realizar a Expoema 2019

Este ano a exposição terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social

A Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (ASCEM) realizará, no período de 20 a 27 de outubro, a 61ª edição da Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema). O evento tem recebido o apoio de diversas instituições e este ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios.

“Além de ser a mais tradicional feira agropecuária do Maranhão, a Expoema tem a tradição de ser um evento da família maranhense, e queremos que seja também um espaço de produção de conhecimento, de inovação, de tecnologia e de inclusão social. É com esse foco que estamos buscando o apoio de diversas instituições e finalizando a montagem da programação que vamos apresentar à população até o final deste mês”, destaca o presidente da ASCEM, Ivaldeci Mendonça.

Além do Governo do Estado, da Prefeitura de São Luís e do Porto do Itaqui, a Associação dos Criadores já conta com o apoio da Câmara de São Luís, da Assembleia Legislativa do Maranhão, da Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça. Nos últimos dias, Ivaldeci Mendonça teve encontros com representantes dessas instituições para estabelecer parcerias para a realização da Expoema 2019.

“É uma feira que gera negócios, empregos e renda em São Luís. Incentivar a sua realização é uma ação importante que contribui para fomentar os setores da agricultura e da pecuária, impulsionando a economia da cidade e do Maranhão”, declarou o presidente da Câmara de São Luís, Osmar Filho, que recebeu Ivaldeci Mendonça com os vereadores Genival Alves e Paulo Victor. ●

Íntegra em oestadoma.com/472912



**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph

Conciliação

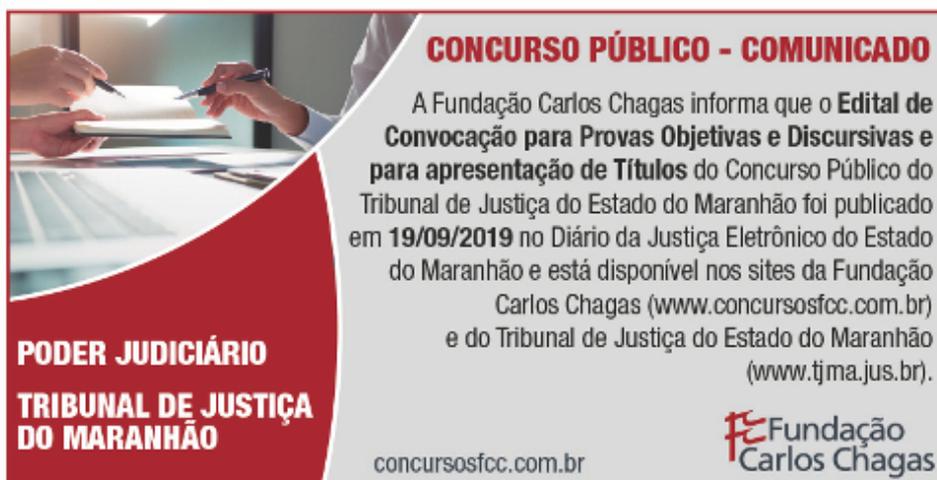
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, abriu ontem o IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, durante solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado.

O evento, que termina hoje, promove discussões, intercâmbio de experiências e levanta boas práticas, com vistas ao aprimoramento dos métodos consensuais de solução de conflitos adotados no país.

Participam ministros,

desembargadores, juízes, dirigentes de Nupemecs, servidores da Justiça estadual e representantes de instituições parceiras de todo o país (Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Governo, Defensoria e Tribunal de Contas).

A iniciativa é promovida em parceria com o Poder Judiciário maranhense por meio do Núcleo de Solução de Conflitos.



CONCURSO PÚBLICO - COMUNICADO

A Fundação Carlos Chagas informa que o **Edital de Convocação para Provas Objetivas e Discursivas e para apresentação de Títulos** do Concurso Público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão foi publicado em **19/09/2019** no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão e está disponível nos sites da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) e do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (www.tjma.jus.br).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO MARANHÃO

concursosfcc.com.br

FE Fundação
Carlos Chagas

**ESTADO
MAIOR**

Adiado julgamento
da suspensão da
readequação salarial
de 21,7%. **POLÍTICA 3**

ESTADO MAIOR

Apertando o funcionalismo

O governo estadual conseguiu mais uma vitória contra os servidores públicos do Estado. A Procuradoria Geral do Estado (PGE), comandada por Rodrigo Maia, teve decisão favorável a recurso em que foi pedido o adiamento do julgamento da suspensão da readequação salarial de 21,7% para o funcionalismo.

O relator do processo, desembargador José de Ribamar Castro, atendeu ao que solicitou o Estado e, por enquanto, ainda não há previsão de quando a matéria vai entrar novamente em pauta.

Os 21,7% já estavam sendo pagos para parte do funcionalismo público depois de decisão do Tribunal de Justiça favorável aos servidores. No entanto, o governo Flávio Dino entrou com ação rescisória.

Após outro julgamento no próprio tribunal (diferente do primeiro), a PGE pediu liminar para suspender o pagamento do percentual alegando ser inconstitucional a readequação.

Mais do que os argumentos jurídicos, o Estado busca anular o pagamento dos 21,7% devido ao tamanho da folha de pagamento do Maranhão. Em crescente desde 2015, a folha de pessoal alcançou em 2019 mais de 60% da receita corrente líquida, o que deixa o Estado no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se a readequação salarial passar, o governador Flávio Dino terá de enxugar de todas as formas a máquina pública ou, então, correr o risco de ser acionado por improbidade administrativa.

Mas, por enquanto, ao que parece, o comunista não quer reduzir a máquina e muito menos ser processado por descumprir a LRF. Então, o jeito é mais uma vez apertar os cintos contra o funcionalismo público maranhense.

O funcionalismo público no Maranhão não tem tido vida fácil com o governo Flávio Dino

Arrocho nos servidores

E não é somente com a retirada dos 21,7% (e a conseqüente suspensão do julgamento no TJ) que o governador desagrada os servidores públicos.

A "seca" nos reajustes salariais também vem sendo uma das formas que o governo tem para incomodar os servidores.

Desde 2015 que professores, policiais civis e outras categorias de funcionários públicos não recebem aumento salarial.

ESTADO MAIOR

E MAIS

- O presidente do Sindjus/MA, Anibal Lins, será um dos convidados para participar da audiência pública que debaterá o “Direito de Organização Sindical no Setor Público no Atual Contexto Social e Político Brasileiro”, que ocorrerá no próximo dia 26.

Ministério Público do Estado questiona decisão de reintegração de posse na zona rural São Luís

PÁGINA 3

IMPASSE EM SÃO LUÍS

MPMA questiona decisão de reintegração de posse na região do Cajueiro

A 44ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de São Luís interpôs, junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, uma Ação Rescisória na qual busca desconstituir uma sentença de reintegração de posse, proferida pela 12ª Vara Cível da capital, na comunidade Andirobal, localizada logo após a Vila Cajueiro.

A ação, proposta por Arão Fonseca da Costa, pedia a reintegração de um terreno de aproximadamente 17 hectares, localizado na comunidade Cajueiro, que teria sido invadido. A sentença de reintegração de posse transitou em julgado em 6 de setembro de 2017 e até essa data a situação chegou ao conhecimento do Ministério Público.

Este é o primeiro ponto irregular apontado na Ação Rescisória. De acordo com o Código de Processo Civil, a intervenção do Ministério Público é obrigatória em processos que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana, como fiscal da ordem jurídica. A concessão de vistas ao órgão ministerial foi concedida, suspendendo a execução da sentença.

Outro ponto levantado é o fato de que o terreno objeto da ação é ocupado por 17 famílias, de acordo com laudo do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital. No entanto, essas famílias não figuraram no processo. “Não lhes foi garantido o direito de defesa, o que sem dúvidas é uma afronta aos importantes ditames constitucionais consolidados no ordenamento jurídico vigente”, observou o promotor



de justiça Haroldo Paiva de Brito.

De acordo com o membro do Ministério Público, nas ações sobre posse contra um número indeterminado de ocupantes do imóvel, é obrigatória a citação por edital dos réus incertos. A falta desse procedimento geraria a nulidade dos atos processuais posteriores.

Haroldo Paiva de Brito resalta, ainda, que o novo Código de Processo Civil determina que nesse tipo de ação em que figure um grande número de pessoas e que também haja a situação de hipossuficiência econômica, além do Ministério Público deve ser intimada a Defensoria Pública, o que também não aconteceu.

ÁREA DO IMÓVEL -

Na ação de reintegração o suposto proprietário afirma que o terreno teria 17 hectares e teria sido adquirido, em 1996. O recibo apresentado, no entanto, indica metragem de 80 metros de frente por 300 metros de fundo, o que corresponde a pouco mais de dois hectares.

Além disso, a área corresponde a área pública, do Estado do Maranhão, na qual foi implantado um projeto de assentamento pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). Na escritura pública está disposto que “a transferência do domínio outorgado nos casos legalmente permitidos somente ocorrerá

com a autorização expressa do Iterma”, o que, mais uma vez, não aconteceu.

O Ministério Público, inclusive, apontou a necessidade de que o Iterma fosse intimado no processo, bem como a Prefeitura de São Luís, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Um laudo pericial apresentado também é questionado pela 44ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de São Luís. Com apenas uma folha de conteúdo e sem pormenorizar os quesitos apresentados pelas partes ou pelo juiz, o documento não atenderia ao disposto no artigo 473 do Código de Processo Civil.

DP e instituições discutem a oferta de curso de capacitação para venezuelanos

PÁGINA 2

REFUGIADOS

Defensoria e instituições discutem a oferta de curso de capacitação para venezuelanos

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) iniciará uma interlocução com as entidades integrantes do Sistema S com o objetivo de garantir a realização de cursos de capacitação voltados aos refugiados venezuelanos, em São Luís, preparando-os para o mercado de trabalho. Este foi um dos encaminhamentos definidos na reunião, realizada esta semana pela Defensoria, para tratar sobre as ações já desenvolvidas pela força-tarefa em favor destas populações que saíram de seu país de origem para buscar oportunidades de subsistência no Brasil.

Além da DPE/MA, integram a força-tarefa a Defensoria Pública da União (DPU), o Governo do Estado, o Município de São Luís, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público, os Conselhos Municipal e Estadual da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, a Pastoral da Criança e o Centro de Cultura Negra (CCN). Os representantes dos órgãos e entidades atualizaram as informações acerca das estratégias e medidas emergenciais que já foram adotadas individualmente. Em São Luís, segundo levantamento, há a presença de integrantes de diferentes tribos indígenas da etnia Wharai, conhecidos como “povo do rio”, coletores que, na Venezuela, moravam em palafitas.

O Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA), da DPE/MA, foi o primeiro a responder pelas ações destinadas aos refugiados, uma vez que foram observados adultos pe-



REFUGIADOS VENEZUELANOS EM SÃO LUÍS

rambulando pelas ruas de São Luís, acompanhados de crianças. Durante as abordagens e orientações prestadas nas principais avenidas da cidade, onde os venezuelanos se posicionam, e também em locais onde estão abrigados, a força-tarefa constatou problemas de toda a ordem, principalmente na área da saúde.

Por esta razão, também foi acionado o Núcleo de Defesa da Saúde, do Idoso, e da Pessoa com Deficiência, onde o defensor público Benito Pereira Filho participou de algumas abordagens. Para garantir uma atuação mais ampla, na reunião desta semana, houve a definição de que as ações realizadas pela Defensoria serão coordenadas pelo Núcleo dos Direitos Humanos (NDH). Ao assumir o compromisso, o defensor pú-

blico Jean Carlos Nunes Pereira disse que é de fundamental importância, nesta ação, respeitar o regramento nacional que diz respeito à situação.

“Mas é também imperioso observar as necessidades do povo Wharai, sobretudo considerando que são nômades”, destacou. O trabalho também está sendo acompanhado pela ouvidora-geral da DPE/MA, Márcia Maia, presente na reunião.

Várias outras frentes trabalham na assistência aos venezuelanos. Segundo a DPU, estão sendo realizadas ações de busca da documentação dos refugiados, para facilitar o acesso deles a benefícios sociais ofertados pelos governos. Já a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), depois de apresentar um resumo das

ações já executadas, informou que já foram identificados sete núcleos onde os venezuelanos estão abrigados, mas que a situação se altera com a constante partida e chegada de novos refugiados.

“Pretendemos prestar assistência com a inclusão desse povo na rede de serviços já existentes. Dado a dinâmica dos grupos, há muita dificuldade em uma identificação precisa. Mesmo assim, é necessário que se faça cortes para que as ações possam ser realizadas com base em números até então alcançados”, ressaltou a secretária adjunta da Sedihpop, Lissandra Leite, ao anunciar também a realização de um evento nacional que contará com a participação de especialistas neste tema, na tentativa de possibilitar o compartilhamento de experiências que poderão ajudar o Maranhão com os refugiados.

Responsável por conduzir as discussões, o defensor público Joaquim Gonzaga Neto, do NDCA, afirmou que o encontro foi bastante produtivo e muito embora a questão seja complexa, já houve avanços significativos. “Este é uma atuação onde observamos muitas violações de direitos e, por isso, a nossa participação efetiva na busca dos encaminhamentos adequados. Trata-se de um esforço conjunto, no qual observamos o empenho de todas as instituições, cada uma contribuindo da forma que é possível”, disse, destacando a participação da Universidade Federal na reunião.

Geral

■ *Página. 7*

Associação dos Criadores conquista apoios para a realização da Expoema 2019



61ª EDIÇÃO

Associação dos Criadores conquista apoios para a realização da Expoema 2019

A Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (ASCEM) realizará, no período de 20 a 27 de outubro, a 61ª edição da Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema). O evento tem recebido o apoio de diversas instituições e este ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios.

“Além de ser a mais tradicional feira agropecuária do Maranhão, a Expoema tem a tradição de ser um evento da família maranhense, e queremos que seja também um espaço de produção de conhecimento, de inovação, de tecnologia e de inclusão social. É com esse foco que estamos buscando o apoio de diversas instituições e finalizando a montagem da programação que vamos apresentar à população até o final deste



mês”, destaca o presidente da ASCEM, Ivaldeci Mendonça.

Além do Governo do Estado, da Prefeitura de São Luís e do Porto do Itaqui, a Associação dos Criadores já conta com o apoio da Câmara de São Luís, da Assembleia Legislativa do Maranhão, da Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça. Nos últi-

mos dias, Ivaldeci Mendonça teve encontros com representantes dessas instituições para estabelecer parcerias para a realização da Expoema 2019.

“É uma feira que gera negócios, empregos e renda em São Luís. Incentivar a sua realização é uma ação importante que contribui para fomentar os setores da agricultura e da

pecuária, impulsionando a economia da cidade e do Maranhão”, declarou o presidente da Câmara de São Luís, Osmar Filho, que recebeu Ivaldeci Mendonça com os vereadores Genival Alves e Paulo Victor.

Na Assembleia Legislativa, a ASCEM também recebeu o apoio do presidente da Casa, Othelino Neto, e dos deputados Neto Evangelista e Vinícius Louro. “Não podemos permitir que um evento tão importante para a agropecuária perca força em nosso estado”, declarou Vinícius Louro, após o encontro com representantes da Associação dos Criadores.

Da mesma forma, o presidente da Famem, Erlânio Xavier, destacou a importância da Expoema. “O evento investirá em inclusão, em formação técnica e capacitação profissional, além de desenvolver atividades abertas à comunidade.

ATROPELAMENTO NA COHAB

Empresa de ônibus condenada a indenizar vítima

DIVULGAÇÃO



O ACIDENTE ACONTECEU NA AVENIDA JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE, NA ALTURA DO BAIRRO DA COHAB, NA CAPITAL MARANHENSE

A empresa Expresso Rodoviário 1001 e a Nobre Seguradora foram condenadas a indenizar, de forma solidária, um pedestre vítima de atropelamento na Cohab. De acordo com sentença proferida pela 5ª Vara Cível da capital, os requeridos foram condenados ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 1.648,27, devendo sofrer atualização monetária desde a data do evento danoso. Deverão pagar, ainda, a quantia de R\$ 15 mil a título de danos morais sofridos em razão do acidente.

O caso

A vítima do atropelamento revelou que no dia 13 de janeiro de 2015, estava em pé parado ao lado da sua moto-

cicleta, próximo de um estacionamento da Avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro Cohab, quando foi atropelado por um ônibus da Expresso 1001, conduzido por funcionário da empresa que não prestou socorro, conforme consta no Boletim de Ocorrência anexado ao processo.

Ele ainda relatou, que no momento do acidente esperava um colega para se deslocar ao trabalho, e que após o acidente foi socorrido por uma equipe do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão, que fez atendimentos pré hospitalares, deslocando-o para um hospital particular, localizado no bairro do Bequimão.

O homem afirmou que, devido ao acidente, sofreu lesões corporais, sen-

do necessário colocar um pino de ferro em seu braço esquerdo, e que ficou com cicatrizes por conta do atropelamento, passando ainda por uma cirurgia no braço afetado, o que caracteriza o dano estético. Na ação, ele coloca que o acidente foi presenciado por testemunhas e que o funcionário trafegava em velocidade acima da média. A vítima alegou, ainda, que a guarnição da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) que compareceu ao local elaborou um relatório de acidente de trânsito, e que a equipes do Instituto de Criminalística (Icrim) e Instituto Médico Legal (IML) não realizou a perícia sob o argumento que o veículo causador do acidente e a vítima não estavam no local.

REGISTRADORES

Congresso de Notários ocorre na próxima semana

DIVULGAÇÃO



II CONGRESSO DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES OCORRE NO RIO POTY HOTEL, EM SÃO LUÍS, NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO

Reconhecido como um dos mais importantes eventos destinados à classe cartorária do estado, o II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão será realizado neste ano, no período de 27 e 28 de setembro, no Rio Poty Hotel, no bairro da Ponta d'Areia em São Luís.

Promovido pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão, o congresso tem como intuito promover e fortalecer discussões sobre os principais temas que envolvam os notários e registradores nos últimos tempos, além de abrir espaço para a troca de conhecimentos com grandes nomes da área notarial e registral do país.

Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão, o II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão é mais uma oportunidade dos titulares de cartórios do estado e colaboradores aprofundarem seus conhecimentos na área e também se confraternizarem. "O Congresso tem como principal objetivo promover o encontro

desses profissionais, além de proporcionar a eles aprendizados e a troca de conhecimentos com nomes renomados da área cartorária", afirmou.

No primeiro dia (27), os participantes terão a oportunidade de presenciar palestras de nomes renomados como dos desembargadores Ricardo Dip, Marcelo Carvalho e Fábio Dalla Vecchia e da tabeliã, Graziella Guerra. Já no segundo dia do Congresso (28), os presentes poderão participar de minicursos com temas como Georreferenciamento, Princípios do Registro de Imóveis, Regularização Fundiária e Prática Notarial em Direito de Família e das Sucessões, com grandes nomes como o Desembargador Vicente Amadei, o Oficial de Registro de Imóveis, Marcelo Cavalli e do tabelião Gustavo Dal Molin.

Além das palestras e minicursos, os participantes do evento também vão poder conferir a exposição "Registros Públicos no Brasil: uma narrativa histórica", que ficará exposta, nos dois dias de evento, no hall no Rio Poty Hotel. Segundo a historiadora carioca,

Mariana Tavares, a exposição vai se dedicar a pensar as origens históricas dos registros públicos no Brasil desde o período colonial, perpassando as diferentes fases da História Brasileira.

Os participantes do II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão vão acompanhar esta "viagem ao passado" e se depararão com o histórico dos Registros Públicos mesclados com a formação do estado do Maranhão, especialmente durante o período escravagista. Serão expostos cerca de 20 documentos textuais sobre a escravidão no Maranhão, com a colaboração do Cartório de Ofício Único de Alcântara, além de livros, máquinas de escrever, telefones da época, tudo para ilustrar a trajetória maranhense dos registros públicos.

Além de adquirirem conhecimento nesses dois dias de evento, os participantes também terão a oportunidade de fazer uma boa ação. No ato do credenciamento serão recebidos brinquedos ou livros infantis para serem doados para instituições que cuidam de crianças carentes na capital.

Feminicídio volta a ser tema de debate entre juízes no Maranhão

A violência contra as mulheres, os riscos que correm ao denunciar, as mortes violentas e o gerenciamento desses casos no âmbito do Judiciário são as principais questões abordadas durante o curso "Feminicídio: uma análise sociojurídica do fenômeno no Brasil". A formação é resultado de parceria entre Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher-TJMA).

O curso, com duração de 20 horas, foi aberto pela presidente da Cemulher, desembargadora Ângela Salazar, sendo exigido para fins de vitaliciamento e promoção na carreira dos juízes, por se tratar de um tema de grande relevância e que afeta a questão da garantia dos direitos humanos. Também participam do evento servidores que atuam no atendimento às mulheres vítimas de violência.

“É muito importante que nós juízes

saibamos dar uma resposta concreta para sociedade sobre esse fenômeno tão grave que acontece no Brasil. No curso, abordaremos desde o conceito do termo feminicídio até estudos de casos concretos e reais, e como o Poder Judiciário julga esses casos, sabendo que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos”, disse a professora Adriana Ramos de Mello, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro.

A abordagem considera os compromissos de âmbito nacional e internacional assumidos pelo Brasil para eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, Convenção de Belém do Pará, Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha), Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio) e outros diplomas legais, o Código Penal Brasileiro e demais formas de prevenção e reversão das situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Informe JP

Expoema 2019

A Associação dos Criadores do Maranhão realizará, no período de 20 a 27 de outubro, a 61ª edição da Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema). O evento tem recebido o apoio de diversas instituições e este ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios.

Além do Governo do Estado, da Prefeitura de São Luís e do Porto do Itaqui, a Associação dos Criadores já conta com o apoio da Câmara de São Luís, da Assembleia Legislativa do Maranhão, da Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça.



Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

Data Venia

O RACHA DOS PODERES NA REPÚBLICA DE BOLSONARO !

O ex Presidente Fernando Collor de Mello, que sofreu impeachment em 1992, prenuncia o mesmo destino para Jair Bolsonaro: “Num sistema presidencialista como o nosso, não se consegue governar sem uma maioria dentro do Congresso. Ou se tem essa maioria, ou não se governa”, afirmou o senador. Ele evitou ser direto, quanto ao impeachment de Bolsonaro, mas sentenciou com a experiência de quem já foi derrubado: “eu diria [que Bolsonaro tem] seríssimas dificuldades, que não saberia se ele teria condições de superar”.

“Ora bolas”, - como diria a minha querida mãe Lisieux Baldez. Collor esqueceu apenas de dizer na comparação imprópria, histórica e contraditória que fez, que Bolsonaro, ao contrário dele, tem o apoio incondicional das Forças Armadas e de grande parte dos eleitores brasileiros. O seu governo é idôneo, arrojado e contra ele pessoalmente e seus auxiliares diretos não pesa nenhuma acusação de corrupção ou favorecimento.

Diferentemente de Bolsonaro, Collor de Mello, foi acusado de corrupção pelo seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello, em matéria de capa da revista Veja, em 1992. O empresário Paulo César Farias, tesoureiro de campanha dele, foi a personalidade-chave do impeachment. Ele seria o testa de ferro em diversos esquemas ilegais divulgados de 1992 em diante.

A investigação do Esquema PC Farias mostrou que o artifício fraudulento usado pelos envolvidos arrecadou cerca de 15 milhões de reais durante o governo de Fernando Collor, sendo que mais de um bilhão de reais chegou a ser movimentado nos cofres públicos. Nenhuma destas contribuições teve qualquer ligação com benefício ao “cliente” de Paulo César por conta de favor prestado por Fernando Collor. O “esquema PC” movimentou mais de US\$ 1 bilhão dos cofres públicos.

A grande realidade é que tudo mudou no Brasil de uma forma instantânea. Mas somente no final do mandato presidencial é que será tirada a prova dos nove: se para melhor ou para pior. Preliminarmente, para os mais otimistas Jair Bolsonaro é austero, chama o jogo para si, demite pela mídia e criou uma forma diferente e imediatista de governar sem seguir uma cartilha usual. E objetiva claramente sepultar num prazo recorde as esquerdas. O neoliberalismo sofreu um freio espetacular. No Congresso Nacional o cardápio é pão com ovo ao preço de filé. E a maioria, mesmo reclamando come no prato do governo. As compensações chegaram ao fim. Quem for podre que se quebre.

Urge todavia indagar se apenas o poder executivo propicia esses “maus tratos” a seus aliados e opositoristas em Brasília? Evidentemente que não. O Poder Legislativo no Senado Federal, por sua vez, acaba de inaugurar um racha entre seus pares. Surge o movimento “MUDA SENADO – MUDA BRASIL”. É como se a nova política estivesse contestando e se afastando dos antigos caciques que outrora imperavam embaixo da enorme tigela da praça dos Três Poderes.

Mas que movimento é esse? O senador Lasier Martins (Podemos-RS) apresentou no dia 13/09/19, em Plenário, o grupo “Muda Senado, Muda Brasil”, que

tem o objetivo de cobrar atitudes do presidente do senado, Davi Alcolumbre, principalmente quanto à instalação da CPI da Lava Toga, a análise de pedidos de impeachment contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli e o fim do foro privilegiado.

A primeira pauta, disse Lasier, é garantir que o pedido de impeachment do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, seja discutido pela Casa. Inaugurado por 21 (vinte e um) senadores (as), sem nenhum membro do Estado do Maranhão, o que não nos causa surpresa, apenas revolta e vergonha, esse movimento visa reabrir inusitadamente discussão, com o apoio popular, para poder investigar tudo aquilo que vem sendo apontado em uma sucessão de casos como indícios de escândalos no cometimento de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Não deixa de ser uma novidade e avanço. Finalmente tentam separar o joio do trigo no Senado. O alvo principal, pasmem, é o próprio Presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), até então um ilustre desconhecido que acabou sendo resultado de uma invenção do Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que venceu as eleições do antigo cardeal Renan Calheiros (MDB-AL) e muito rapidamente se adaptou às práticas da velha política, quando na verdade a sua candidatura doravante se revestiu de uma falsa esperança para o país e para os progressistas daquela casa legislativa.

A cizânia chegou ao ponto de Davi Alcolumbre ter levantado informações sobre pelo menos seis integrantes do grupo ‘Muda, Senado’. Em conversas reservadas, o presidente não esconde mais o incômodo com as movimentações do grupo e ameaça instaurar processo contra eles no Conselho de Ética — que, aliás, ainda não foi instalado.

No Poder Judiciário, por sua vez, reinam várias desconfiâncias. As que mais incomodam são a instalação da CPI da LAVA TOGA, FIM DO FORO PRIVILEGIADO, DERRUBADAS DOS VETOS DA LEI QUE PUNE ABUSO DE AUTORIDADE E O IMPEACHMENT DE MINISTROS DO STF.

Assombra também a nova REFORMA DO JUDICIÁRIO, que tem intenção de eliminar o super poder do juiz, promotor e delegado de polícia, diminuindo os seus privilégios.

Não pensem senhores leitores e leitoras que tudo são flores nos reinos do judiciário. Há embates, insultos, quebra de decoro, tentativa de agressão, ameaças e acusação mútua. Numa das Sessões de plenário vejam as farpas trocadas entre ministros do STF: - Barroso reagiu a críticas de Gilmar Mendes a decisões do STF. “Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso”, disse Barroso. “Feche seu escritório de advocacia”, afirmou Mendes.

Depois disso, Barroso se insurgiu contra o pronunciamento de Gilmar Mendes assim: “Me deixa de fora desse seu mau sentimento, você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia. Isso não tem nada a ver com o que está sendo julgado. É um absurdo vossa excelência vir aqui fazer um comício cheio de ofensas, grosserias. Vossa excelência não consegue articular um argumento, fica procurando, já ofendeu a presidente, já ofendeu o ministro Fux, agora chegou a mim. A vida para vossa excelência é ofender as pessoas, não tem nenhuma idéia, nenhuma, nenhuma, só ofende as pessoas”, declarou Barroso durante a sessão, transmitida ao vivo pela TV Justiça.

E assim vai caminhando a república de Bolsonaro!

Mozart Baldez – Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA

**MPMA
questiona
decisão de
reintegração
de posse em
São Luís**

PÁG. 5 (C1)

Ministério Público questiona decisão de reintegração de posse

A 44ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de São Luís interpôs, junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, uma Ação Rescisória na qual busca desconstituir uma sentença de reintegração de posse, proferida pela 12ª Vara Cível da capital, na comunidade Andirobal, localizada logo após a Vila Cajueiro.

A ação, proposta por Arão Fonseca da Costa, pedia a reintegração de um terreno de aproximadamente 17 hectares, localizado na comunidade Cajueiro, que teria sido invadido. A sentença de reintegração de posse transitou em julgado em 6 de setembro de 2017 e só após essa data a situação chegou ao conhecimento do Ministério Público.

Este é o primeiro ponto irregular apontado na Ação Rescisória. De acordo com o Código de Processo Civil, a intervenção do Ministério Público é obrigatória em processos que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana, como fiscal da ordem jurídica. A concessão de vistas ao órgão ministerial foi concedida,

suspendendo a execução da sentença.

Outro ponto levantado é o fato de que o terreno objeto da ação é ocupado por 17 famílias, de acordo com laudo do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital. No entanto, essas famílias não figuraram no processo. “Não lhes foi garantido o direito de defesa, o que sem dúvidas é uma afronta aos importantes ditames constitucionais consolidados no ordenamento jurídico vigente”, observou o promotor de justiça Haroldo Paiva de Brito.

De acordo com o membro do Ministério Público, nas ações sobre posse contra um número indeterminado de ocupantes do imóvel, é obrigatória a citação por edital dos réus incertos. A falta desse procedimento geraria a nulidade dos atos processuais posteriores.

Haroldo Paiva de Brito ressalta, ainda, que o novo Código de Processo Civil determina que nesse tipo de ação em que figure um grande número de pessoas e que também haja a situação de hipossuficiência econômica, além

do Ministério Público deve ser intimada a Defensoria Pública, o que também não aconteceu.

ÁREA DO IMÓVEL

Na ação de reintegração o suposto proprietário afirma que o terreno teria 17 hectares e teria sido adquirido, em 1996. O recibo apresentado, no entanto, indica metragem de 80 metros de frente por 300 metros de fundo, o que corresponde a pouco mais de dois hectares.

Além disso, a área corresponde à área pública, do Estado do Maranhão, na qual foi implantado um projeto de assentamento pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). Na escritura pública está disposto que “a transferência do domínio outorgado nos casos legalmente permitidos somente ocorrerá com a autorização expressa do Iterma”, o que, mais uma vez, não aconteceu.

O Ministério Público, inclusive, apontou a necessidade de que o Iterma fosse intimado no processo, bem como a Prefeitura de São Luís, a Secretaria de

Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um laudo pericial apresentado também é questionado pela 44ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de São Luís. Com apenas uma folha de conteúdo e sem pormenorizar os quesitos apresentados pelas partes ou pelo juiz, o documento não atenderia ao disposto no artigo 473 do Código de Processo Civil. De acordo com o autor da Ação, o laudo não indicou o método utilizado e “muito menos esclareceu como o perito concluiu que ‘todas as casas de taipa e a área alegada pelo réu se encontram dentro da área do autor’”.

“Estamos diante de uma questão delicada, que exige um tratamento humanitário e cuidadoso, visto que se trata de famílias que aparentemente gozam de posse consolidada, exercendo o direito de moradia, intimamente correlacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana”, avaliou Haroldo Paiva de Brito.

Presidente do TJMA abre Fórum Nacional de Conciliação em SL

O presidente do Tribunal de Justiça, Joaquim Figueiredo, abriu ontem (19) o IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, durante solenidade realizada na Assembleia Legislativa.

PÁG. 9 (C1)

DIVULGAÇÃO



O desembargador José Joaquim discursa na abertura do Fonamec, que segue até esta sexta-feira

Conciliação

Presidente do TJMA abre Fórum Nacional de Conciliação em São Luís

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, abriu nessa quinta-feira (19) o IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), durante solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado (Auditório Fernando Falcão, Cohafuma). O objetivo do evento, que segue até esta sexta-feira (20), é promover discussões, intercâmbio de experiências e levantar boas práticas, com vistas ao aprimoramento dos métodos consensuais de solução de conflitos adotados no país. Participam ministros, desembargadores, juízes, dirigentes de Nupemecs, servidores da Justiça estadual e representantes de instituições parceiras de todo o país (Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Governo, Defensoria e Tribunal de Contas).

A iniciativa é promovida em parceria com o Poder Judiciário maranhense por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA).

Ao abrir o evento, o desembargador Joaquim Figueiredo ressaltou a importância de o Maranhão sediar, pela primeira vez, um evento na área de conciliação do porte do Fonamec, como instrumento disseminador de boas práticas, e agradeceu ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, pelo apoio oferecido.

“É motivo de imensa alegria sediarmos tão importante evento que representará fundamental instrumento concretizador de boas práticas, garantindo aos cidadãos os meios facilitadores e de efetivação da autocomposição. E quando falamos em cidadania devemos, necessariamente,



Desembargador José Joaquim discursa na abertura do Fonamec, que segue até esta sexta-feira

compreendê-la pela presença concreta da dignidade da pessoa humana. Por isso, o Tribunal de Justiça do Maranhão, em cumprimento ao seu dever constitucional, tem tomado providências rápidas e efetivas, para melhor estruturar o Núcleo de Solução de Conflitos e, assim, atender de forma mais eficaz a sociedade maranhense”, disse o presidente. O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Luiz Almeida, enfatizou a relevância da iniciativa como oportunidade de troca de conhecimentos e experiências estaduais e nacionais com vistas ao aperfeiçoamento dos meios alternativos de solução de conflitos adotados no Brasil. “Eventos dessa magnitude têm uma importância imensa, pois transcendem a área do Estado em que trabalhamos, possibilitando que pautemos, definitivamente, questões relativas à solução

alternativa de conflitos e, desta vez, em âmbito nacional. Uma oportunidade para sedimentarmos junto à sociedade a cultura da conciliação e da mediação”, pontuou.

Presidente do Fonamec, o juiz maranhense Alexandre Abreu (coordenador do Nupemec/TJMA), ressaltou que o evento contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas estadual e nacional de tratamento adequado de conflitos no setor público e agradeceu o empenho de todos para o êxito do Fórum.

“É com imensa satisfação que recebemos representantes de todos os Poderes do país, aqui no Maranhão, inclusive dirigentes dos Núcleos de Solução de Conflitos. No atual contexto de significativas mudanças sociais e institucionais, é um momento único e oportuno para ouvirmos os gestores de política pública de tratamento de conflitos, estudiosos,

legisladores, representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e, juntos, discutirmos meios alternativos de solução de demandas e avançarmos no tratamento dessas questões de interesse público”, destacou.

DADOS

Durante a abertura oficial do Fonamec, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, ao enaltecer a eficácia dos meios alternativos de solução de conflitos e o êxito dos trabalhos do Núcleo de Conciliação, no Estado, divulgou dados referentes a sessões realizadas entre os anos de 2015 a 2019.

No período, os 22 centros de solução de conflitos instalados no Maranhão já realizaram 44.307 audiências, efetivando 19.910 acordos, “graças ao apoio de magistrados e servidores extremamente competentes e dedicados”, frisou.